

O ENSINO DA CULTURA ÁFRICA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

TEACHING AFRICAN CULTURE IN BASIC EDUCATION SCHOOLS

LA ENSEÑANZA DE LA CULTURA AFRICANA EN LAS ESCUELAS DE EDUCACIÓN BÁSICA

Gisele Karin de Moraes¹

Agda Cristina Fogaça Zuliani²

Elisete dos Santos Alves Mesquita³

Jessimeire Alessandra Domingues Costa Grosso⁴

Rozineide Iraci Pereira da Silva⁵

RESUMO: O presente trabalho aborda o ensino da cultura africana nas escolas de educação básica, destacando sua importância para a valorização da diversidade cultural, para a promoção da igualdade racial e para o combate ao racismo no ambiente escolar. A pesquisa analisa os avanços proporcionados pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de ensino brasileiras. Também são discutidos os desafios relacionados à formação de professores, à utilização de materiais didáticos adequados e à implementação de práticas pedagógicas antirracistas. Além disso, o estudo evidencia a relevância da escola na construção do respeito às diferenças culturais e na formação cidadã dos estudantes. A metodologia utilizada foi a revisão da literatura, com base em artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas sobre a temática. Conclui-se que o ensino da cultura africana contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com a valorização das relações étnico-raciais.

1

Palavras-chave: cultura africana. educação básica. diversidade cultural. educação antirracista. Lei nº 10.639/2003.

ABSTRACT: This paper addresses the teaching of African culture in basic education schools, highlighting its importance for the appreciation of cultural diversity, the promotion of racial equality, and the fight against racism in the school environment. The research analyzes the advances provided by Law No. 10.639/2003, which made the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture mandatory in Brazilian educational institutions. It also discusses the challenges related to teacher training, the use of appropriate teaching materials, and the implementation of anti-racist pedagogical practices. Furthermore, the study emphasizes the relevance of schools in building respect for cultural differences and in the civic education of students. The methodology used was a literature review based on scientific articles, official documents, and academic publications on the subject. It is concluded that the teaching of African culture contributes to the construction of a more inclusive, democratic, and diversity-oriented education.

Keywords: African culture. basic education. cultural diversity. anti-racist education. Law No. 10.639/2003.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela Christian Business School- CBS, Mestre em Educação pela Uniso.

² Doutoranda em Ciências da Educação- pela Christian Business School- CBS, Mestre em Educação pela Uniso.

³ Doutoranda em Ciências da Educação pela Christian Business School- CBS, Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação Pela Must University.

⁴ Doutoranda em Ciências da Educação pela Christian Business School- CBS, Mestre em Educação pela Uniso.

⁵ PHD. Doutora em Ciências da Educação. Professora Orientadora da Christian Business School- CBS (PPGE/UECE).

RESUMEN: El presente trabajo aborda la enseñanza de la cultura africana en las escuelas de educación básica, destacando su importancia para la valoración de la diversidad cultural, para la promoción de la igualdad racial y para el combate al racismo en el entorno escolar. La investigación analiza los avances proporcionados por la Ley N.º 10.639/2003, que hizo obligatoria la enseñanza de Historia y Cultura Afrobrasileña y Africana en las instituciones de enseñanza brasileñas. También se discuten los desafíos relacionados con la formación de profesores, la utilización de materiales didácticos adecuados y la implementación de prácticas pedagógicas antirracistas. Además, el estudio evidencia la relevancia de la escuela en la construcción del respeto a las diferencias culturales y en la formación ciudadana de los estudiantes. La metodología utilizada fue la revisión de la literatura, con base en artículos científicos, documentos oficiales y producciones académicas sobre la temática. Se concluye que la enseñanza de la cultura africana contribuye a la construcción de una educación más inclusiva, democrática y comprometida con la valoración de las relaciones étnico-raciales.

Palabras clave: cultura africana. educación básica. diversidad cultural. educación antirracista. Ley N.º 10.639/2003.

INTRODUÇÃO

O ensino da cultura africana nas escolas de educação básica representa um importante instrumento para a valorização da diversidade cultural e para o combate ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira. A implementação da Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de ensino, promovendo mudanças significativas no currículo escolar e ampliando o debate sobre igualdade racial e inclusão social. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a escola possui papel fundamental na construção de uma educação voltada para o respeito às diferenças e para a valorização das contribuições dos povos africanos na formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2021).

Nesse contexto, o ensino da cultura africana busca romper com visões estereotipadas historicamente construídas sobre o continente africano e sobre a população negra. Para Domingues (2025), a Lei 10.639/03 representa uma conquista histórica dos movimentos sociais negros, uma vez que possibilitou a inserção da temática afro-brasileira nos espaços escolares, promovendo reflexões sobre identidade, memória e cidadania. Além disso, Moraes, Rosa e Lobato (2020) destacam que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira constitui uma forma de enfrentamento aos discursos coloniais e raciais ainda presentes no ambiente educacional.

Apesar dos avanços legislativos, ainda existem desafios relacionados à efetivação da proposta nas escolas. Entre os principais obstáculos estão a insuficiente formação de professores, a carência de materiais didáticos adequados e a permanência de práticas pedagógicas eurocêntricas. Lima (2023) afirma que, mesmo após vinte anos da criação da Lei 10.639/03, persistem lacunas na formação docente voltada para uma educação antirracista. Da

mesma forma, Fontenele e Cavalcante (2020) ressaltam que muitos educadores encontram dificuldades na abordagem dos conteúdos afro-brasileiros devido à ausência de capacitação específica.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de construção de práticas pedagógicas interculturais e inclusivas. Walsh (2019) defende que a interculturalidade deve promover o reconhecimento das diferenças culturais e o diálogo entre os diversos grupos sociais, contribuindo para uma educação mais democrática. Nesse sentido, Silva et al. (2021) afirmam que o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas auxilia na formação de estudantes mais conscientes, críticos e respeitosos em relação à diversidade étnico-racial.

Dessa forma, discutir o ensino da cultura africana na educação básica é essencial para compreender os avanços, desafios e possibilidades relacionados à construção de uma educação antirracista e inclusiva. O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da inserção da cultura africana no ambiente escolar, destacando seus impactos na formação dos estudantes e os desafios enfrentados para a efetivação das políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais.

MÉTODOS

3

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de revisão da literatura, de natureza qualitativa e descritiva, realizada com o objetivo de analisar a importância do ensino da cultura africana nas escolas de educação básica, bem como os desafios e avanços relacionados à implementação da Lei nº 10.639/2003 no contexto educacional brasileiro.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico em artigos científicos, dissertações, documentos oficiais e publicações acadêmicas relacionadas ao tema. Para a seleção do material, foram utilizados estudos publicados entre os anos de 2019 e 2025, priorizando produções que abordassem o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, educação antirracista, formação docente e práticas pedagógicas voltadas às relações étnico-raciais.

As principais fontes utilizadas incluíram periódicos científicos, como *Cadernos de Pesquisa*, *Educação e Pesquisa*, *Revista Educação Pública*, *Motrivivência* e *Revista Espaço do Currículo*, além de documentos oficiais do Ministério da Educação. Também foram analisadas obras que

discutem interculturalidade, currículo escolar e legislação educacional relacionada à temática racial.

A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, buscando identificar os principais conceitos, desafios e contribuições apresentados pelos autores sobre a inserção da cultura africana na educação básica. Os conteúdos selecionados foram organizados em categorias temáticas, permitindo compreender os impactos da legislação educacional e das práticas pedagógicas na construção de uma educação mais inclusiva e antirracista. Dessa forma, a revisão da literatura possibilitou reunir diferentes perspectivas teóricas e reflexões sobre o ensino da cultura africana nas escolas, contribuindo para uma compreensão ampla acerca da relevância do tema na formação educacional e social dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A lei nº 10.639/2003 e a obrigatoriedade do ensino da cultura africana na educação básica

A Lei nº 10.639/2003 representa um marco na educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de educação básica, públicas e privadas. A legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a inclusão da temática afro-brasileira nos currículos escolares, especialmente nas áreas de História, Literatura e Artes. Essa medida surgiu como resultado das reivindicações dos movimentos negros e da necessidade de combater o racismo estrutural presente na sociedade e no ambiente escolar.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a implementação da Lei nº 10.639/2003 busca promover o reconhecimento da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação histórica, cultural, econômica e social do Brasil (BRASIL, 2021). Dessa forma, o ensino da cultura africana passou a ser entendido como instrumento de valorização da diversidade cultural e de fortalecimento da cidadania.

Domingues (2025) afirma que a Lei nº 10.639/03 representa uma importante conquista social e política, pois rompe com a invisibilidade histórica da população negra nos conteúdos escolares. Para o autor, a legislação contribui para a construção de uma educação mais democrática, baseada na valorização das identidades étnico-raciais e no enfrentamento das desigualdades sociais produzidas pelo racismo.

Além disso, Moraes, Rosa e Lobato (2020) destacam que a obrigatoriedade do ensino da cultura africana nas escolas possibilita desconstruir visões estereotipadas sobre a África, frequentemente apresentadas de maneira limitada e preconceituosa nos materiais didáticos. Nesse contexto, a escola assume papel fundamental na promoção do respeito à diversidade e no desenvolvimento de práticas educativas antirracistas.

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pela legislação, ainda existem dificuldades relacionadas à sua efetivação no cotidiano escolar. Fontenele e Cavalcante (2020) ressaltam que muitos professores não receberam formação adequada para trabalhar conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o que compromete a aplicação da lei nas instituições de ensino.

Da mesma forma, Lima (2023) aponta que, mesmo após duas décadas da criação da Lei nº 10.639/2003, ainda persistem desafios ligados à formação docente e à produção de materiais pedagógicos adequados. Nesse sentido, a obrigatoriedade do ensino da cultura africana na educação básica representa não apenas uma mudança curricular, mas também um compromisso social com a construção de uma educação inclusiva, crítica e voltada para a valorização da diversidade étnico-racial no Brasil.

A valorização da história e da identidade afro-brasileira no ambiente escolar

A valorização da história e da identidade afro-brasileira no ambiente escolar é fundamental para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e voltada ao respeito à diversidade cultural. Durante muitos anos, a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira foi invisibilizada nos currículos escolares, reforçando práticas discriminatórias e estereótipos raciais. Nesse contexto, a inclusão da temática afro-brasileira nas escolas tornou-se uma importante estratégia para promover o reconhecimento da identidade negra e combater o racismo estrutural presente na sociedade.

De acordo com Silva et al. (2021), o ensino da cultura afro-brasileira contribui para o desenvolvimento do respeito às diferenças e para a valorização das múltiplas identidades culturais existentes no espaço escolar. Os autores destacam que a abordagem da temática afro-brasileira possibilita aos estudantes compreenderem a importância histórica, social e cultural da população negra na formação do Brasil, fortalecendo princípios de igualdade e cidadania.

Além disso, Bugarim et al. (2020) afirmam que a escola possui papel essencial na desconstrução de preconceitos e na promoção de práticas educativas voltadas à valorização da

diversidade étnico-racial. Segundo os autores, a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar favorece a construção da autoestima de estudantes negros, ao permitir o reconhecimento positivo de suas origens e identidades culturais.

Nesse sentido, Walsh (2019) ressalta que a interculturalidade deve ser compreendida como um processo de diálogo entre culturas, promovendo o reconhecimento das diferenças e a valorização de saberes historicamente marginalizados. A autora defende que o ambiente escolar precisa desenvolver práticas pedagógicas que estimulem o respeito às identidades étnico-raciais e contribuam para a superação das desigualdades sociais.

A valorização da identidade afro-brasileira também está relacionada à representação da população negra nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas. Santos, Costa e Júnior (2019) observam que muitos livros didáticos ainda apresentam uma visão limitada da África, frequentemente associada apenas à escravidão, pobreza e conflitos. Dessa forma, torna-se necessário ampliar a abordagem sobre o continente africano, destacando sua diversidade cultural, histórica e social.

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pela Lei nº 10.639/2003, ainda existem desafios para a efetiva valorização da identidade afro-brasileira nas escolas. Rangel (2020) aponta que a ausência de formação adequada para professores e a permanência de práticas pedagógicas eurocêntricas dificultam a consolidação de uma educação verdadeiramente antirracista. Portanto, a valorização da história e da identidade afro-brasileira no ambiente escolar é indispensável para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e respeitosos em relação à diversidade cultural. A escola, nesse contexto, exerce importante papel na promoção da igualdade racial e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Educação antirracista e o combate aos discursos coloniais nas escolas

A educação antirracista possui papel fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e no enfrentamento das práticas discriminatórias presentes no ambiente escolar. Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi estruturado com base em perspectivas eurocêntricas, que invisibilizaram as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação cultural e social do país. Nesse contexto, o combate aos discursos coloniais nas escolas tornou-se essencial para promover o respeito à diversidade étnico-racial e fortalecer práticas pedagógicas inclusivas.

Segundo Moraes, Rosa e Lobato (2020), a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares representa uma importante estratégia de enfrentamento aos discursos coloniais e raciais que, por muitos anos, reforçaram a inferiorização da população negra. Os autores destacam que a educação antirracista busca desconstruir preconceitos historicamente naturalizados e promover uma visão crítica sobre as desigualdades sociais produzidas pelo racismo.

Além disso, Walsh (2019) afirma que a decolonialidade da educação propõe a valorização de diferentes saberes e culturas historicamente marginalizadas, rompendo com modelos tradicionais de ensino baseados exclusivamente na cultura europeia. Para a autora, a interculturalidade deve estimular o diálogo entre diferentes grupos sociais, promovendo reconhecimento, respeito e inclusão dentro do espaço escolar.

Nesse sentido, Domingues (2025) ressalta que a Lei nº 10.639/2003 representa um avanço significativo na construção de uma educação antirracista, pois contribui para ampliar o debate sobre identidade, memória e igualdade racial nas instituições de ensino. A obrigatoriedade do ensino da cultura africana possibilita aos estudantes compreenderem criticamente os impactos históricos da escravidão, do colonialismo e das desigualdades raciais no Brasil.

A educação antirracista também envolve a revisão das práticas pedagógicas e dos materiais didáticos utilizados nas escolas. Santos, Costa e Júnior (2019) observam que muitos livros didáticos ainda reproduzem representações estereotipadas da África e da população negra, limitando a compreensão dos estudantes sobre a diversidade cultural africana. Dessa forma, torna-se necessário desenvolver metodologias de ensino que valorizem a pluralidade cultural e estimulem reflexões críticas sobre o racismo e a discriminação.

Entretanto, a efetivação de práticas educativas antirracistas ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente e à resistência de determinados setores da sociedade. Fontenele e Cavalcante (2020) apontam que muitos professores não receberam preparo adequado para abordar as questões étnico-raciais em sala de aula, o que dificulta a implementação de propostas pedagógicas voltadas para a educação antirracista. Portanto, o combate aos discursos coloniais nas escolas exige a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade cultural, o respeito às diferenças e a promoção da igualdade racial. A educação antirracista, nesse contexto, torna-se instrumento essencial para transformar o ambiente escolar em um espaço de inclusão, cidadania e justiça social.

Formação de professores e os desafios para a aplicação da lei nº 10.639/2003

A formação de professores constitui um dos principais fatores para a efetivação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas de educação básica. Embora a legislação tenha tornado obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, muitos profissionais da educação ainda enfrentam dificuldades para trabalhar a temática de forma adequada em sala de aula. Entre os principais desafios estão a ausência de formação específica, a insuficiência de materiais didáticos e a permanência de práticas pedagógicas baseadas em perspectivas eurocêntricas.

De acordo com Fontenele e Cavalcante (2020), grande parte dos professores não recebeu preparo durante sua formação inicial para abordar questões relacionadas às relações étnico-raciais. Os autores destacam que essa limitação compromete a implementação de práticas pedagógicas voltadas para a educação antirracista e dificulta a aplicação efetiva da Lei nº 10.639/2003 no cotidiano escolar.

Além disso, Lima (2023) afirma que, mesmo após vinte anos da criação da legislação, ainda existem lacunas significativas na formação de professores para o desenvolvimento de uma educação antirracista. A autora ressalta que muitos educadores apresentam insegurança ao abordar conteúdos relacionados à cultura africana, principalmente devido à falta de capacitação continuada e ao desconhecimento sobre a história e as contribuições dos povos africanos para a sociedade brasileira.

Nesse contexto, Rangel (2020) enfatiza que a formação docente precisa ir além da simples transmissão de conteúdos, devendo promover reflexões críticas sobre racismo, preconceito e desigualdade social. Para a autora, a preparação dos professores deve contemplar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e contribuam para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e democrático.

Outro desafio importante refere-se à escassez de recursos pedagógicos adequados para o ensino da cultura africana nas escolas. Santos, Costa e Júnior (2019) observam que muitos materiais didáticos ainda apresentam visões estereotipadas sobre a África, frequentemente associando o continente apenas à escravidão, pobreza e conflitos. Essa abordagem limitada dificulta o desenvolvimento de uma educação que valorize a riqueza histórica, cultural e social dos povos africanos.

Além disso, Crusoé e Soares (2019) destacam que a prática cotidiana do ensino da cultura afro-brasileira exige o comprometimento dos professores com metodologias que promovam o respeito à diversidade e a valorização das identidades negras. Segundo as autoras, experiências

pedagógicas voltadas para a cultura afro-brasileira contribuem para fortalecer a autoestima dos estudantes e ampliar o debate sobre igualdade racial no ambiente escolar.

Dessa forma, a formação de professores é fundamental para garantir a efetivação da Lei nº 10.639/2003 e promover uma educação comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial. Investir na capacitação docente e na produção de materiais pedagógicos adequados torna-se essencial para consolidar práticas educativas antirracistas e combater os preconceitos ainda presentes nas instituições de ensino.

Práticas pedagógicas e metodologias para o ensino da cultura africana

As práticas pedagógicas e metodologias voltadas para o ensino da cultura africana desempenham papel essencial na construção de uma educação mais inclusiva, crítica e antirracista. A implementação da Lei nº 10.639/2003 exige que as escolas desenvolvam estratégias de ensino capazes de valorizar a história, a cultura e as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, o trabalho pedagógico deve ir além de abordagens superficiais ou restritas a datas comemorativas, promovendo reflexões permanentes sobre diversidade cultural e igualdade racial.

Segundo Crusoé e Soares (2019), as práticas pedagógicas relacionadas à cultura afro-brasileira precisam estar inseridas no cotidiano escolar, favorecendo experiências educativas que promovam o respeito às diferenças e o reconhecimento das identidades negras. As autoras destacam que atividades interdisciplinares, projetos culturais e ações voltadas para a valorização da ancestralidade africana contribuem significativamente para o fortalecimento da autoestima dos estudantes e para a construção de relações sociais mais igualitárias.

Além disso, Silva et al. (2021) afirmam que o desenvolvimento de metodologias participativas auxilia na ampliação do conhecimento dos alunos sobre a cultura afro-brasileira e africana. Entre as estratégias pedagógicas mais utilizadas estão rodas de conversa, debates, produções artísticas, apresentações culturais, contação de histórias, utilização de músicas africanas e afro-brasileiras, além da análise de filmes, literatura e manifestações culturais de origem africana.

Nesse contexto, Souza e Lima (2021) ressaltam que o ensino da cultura africana deve ser trabalhado de maneira interdisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, como História, Geografia, Artes, Literatura e Sociologia. Para os autores, essa abordagem contribui

para superar visões estereotipadas sobre o continente africano e possibilita aos estudantes compreenderem a diversidade cultural, política e social existente na África.

Outra metodologia importante refere-se à utilização de jogos, brincadeiras e manifestações culturais africanas no ambiente escolar. Lima (2023) destaca que atividades lúdicas representam importantes instrumentos para aproximar os estudantes da cultura africana, especialmente na educação infantil e nos anos iniciais da educação básica. Essas práticas favorecem a participação dos alunos e tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo.

Entretanto, a aplicação dessas metodologias ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados. Fontenele e Cavalcante (2020) observam que muitos professores possuem dificuldades para desenvolver práticas pedagógicas voltadas à educação antirracista devido à ausência de capacitação específica sobre a temática étnico-racial. Dessa forma, as práticas pedagógicas e metodologias para o ensino da cultura africana devem promover a valorização da diversidade cultural e estimular reflexões críticas sobre preconceito, discriminação e desigualdade racial. A escola, nesse contexto, possui importante responsabilidade na construção de um ambiente educacional comprometido com a inclusão, o respeito às diferenças e a formação cidadã dos estudantes.

10

A representação da África nos livros didáticos e materiais escolares

A representação da África nos livros didáticos e materiais escolares possui grande influência na forma como os estudantes compreendem a história, a cultura e a identidade dos povos africanos. Durante muitos anos, o continente africano foi retratado de maneira limitada e estereotipada nos conteúdos escolares, sendo frequentemente associado apenas à escravidão, pobreza, fome, guerras e atraso econômico. Essa abordagem contribuiu para a reprodução de preconceitos raciais e para a invisibilização da diversidade cultural, política e social existente na África.

Segundo Santos, Costa e Júnior (2019), os livros didáticos ainda apresentam lacunas significativas na abordagem sobre a África, especialmente no ensino de Geografia e História. Os autores afirmam que muitos materiais escolares reproduzem perspectivas eurocêntricas, priorizando a visão colonial e reduzindo a participação africana à condição de povos escravizados. Dessa forma, a riqueza histórica e cultural do continente africano acaba sendo pouco explorada no ambiente escolar.

Nesse contexto, a Lei nº 10.639/2003 tornou-se um importante instrumento para promover mudanças nos materiais pedagógicos e ampliar a valorização da cultura africana e afro-brasileira nas escolas. De acordo com Domingues (2025), a legislação contribuiu para estimular debates sobre a necessidade de reformulação curricular e produção de materiais didáticos mais inclusivos e representativos da diversidade étnico-racial brasileira.

Além disso, Bugarim et al. (2020) ressaltam que a forma como a África é apresentada nos livros escolares interfere diretamente na construção da identidade dos estudantes negros e na percepção dos alunos sobre as relações raciais. Quando os conteúdos didáticos valorizam apenas aspectos negativos relacionados ao continente africano, acabam reforçando estigmas e preconceitos historicamente construídos pela lógica colonial.

Walsh (2019) destaca que a educação decolonial propõe a valorização de saberes historicamente marginalizados, rompendo com narrativas eurocêntricas presentes no currículo escolar. Nesse sentido, a autora defende que os materiais didáticos devem apresentar a África de maneira plural, evidenciando suas contribuições científicas, culturais, filosóficas, artísticas e sociais para a humanidade.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de atualização dos conteúdos escolares para contemplar a diversidade do continente africano. Souza e Lima (2021) afirmam que o ensino da cultura africana deve abordar temas relacionados às civilizações africanas, às manifestações culturais, às religiões de matriz africana, à literatura, à música e às formas de organização social presentes em diferentes regiões da África.

Entretanto, apesar dos avanços observados após a criação da Lei nº 10.639/2003, ainda existem desafios relacionados à produção e à utilização de materiais didáticos adequados. Fontenele e Cavalcante (2020) apontam que muitos professores encontram dificuldades para trabalhar a temática afro-brasileira devido à escassez de recursos pedagógicos que apresentem conteúdos de forma crítica e contextualizada.

Portanto, a representação da África nos livros didáticos e materiais escolares deve contribuir para a valorização da diversidade cultural africana e para o combate aos estereótipos raciais presentes no ambiente educacional. A construção de materiais pedagógicos mais inclusivos e comprometidos com a educação antirracista é fundamental para promover uma formação cidadã baseada no respeito às diferenças e na valorização das identidades étnico-raciais.

Interculturalidade, diversidade e inclusão no currículo escolar

A interculturalidade, a diversidade e a inclusão no currículo escolar são elementos fundamentais para a construção de uma educação democrática e voltada para o respeito às diferenças culturais, sociais e étnico-raciais. No contexto da educação básica, a valorização da pluralidade cultural contribui para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e preparados para conviver em uma sociedade marcada pela diversidade. Nesse sentido, a inclusão da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares representa importante avanço na promoção de uma educação antirracista e inclusiva.

Segundo Walsh (2019), a interculturalidade deve ser compreendida como um processo de diálogo entre diferentes culturas e formas de conhecimento, promovendo o reconhecimento de grupos historicamente marginalizados. A autora destaca que a educação intercultural busca romper com práticas pedagógicas baseadas em perspectivas eurocêntricas, valorizando diferentes identidades culturais e fortalecendo relações de respeito e igualdade no ambiente escolar.

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais estabelecem que o currículo escolar deve contemplar conteúdos voltados para a valorização da diversidade cultural e para o combate ao preconceito racial (BRASIL, 2021). Dessa forma, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana torna-se instrumento essencial para ampliar o reconhecimento das contribuições dos povos africanos na formação da sociedade brasileira.

Nesse contexto, Rego, Paz e Azevedo (2025) afirmam que a inclusão da temática afro-brasileira no currículo escolar contribui para a construção de um currículo emancipador, capaz de promover igualdade racial e inclusão social. Os autores ressaltam que a escola deve desenvolver práticas pedagógicas que estimulem o respeito às diferenças e combatam qualquer forma de discriminação. A diversidade no currículo escolar também está relacionada à valorização das identidades dos estudantes e à construção de espaços educativos mais representativos. Silva et al. (2021) destacam que o ensino da cultura afro-brasileira favorece o fortalecimento da autoestima dos alunos negros e amplia o debate sobre cidadania, identidade e direitos humanos no ambiente escolar.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de superar modelos educacionais excludentes e homogêneos. Rangel (2020) aponta que a construção de uma educação inclusiva exige mudanças nas práticas pedagógicas, nos materiais didáticos e na formação docente, de

modo a garantir o reconhecimento das diferenças culturais e étnico-raciais presentes na sociedade brasileira. Além disso, Souza e Lima (2021) ressaltam que a abordagem interdisciplinar da cultura africana no currículo escolar contribui para ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a diversidade histórica, social e cultural da África, rompendo com estereótipos e visões preconceituosas frequentemente reproduzidas no ambiente educacional.

Portanto, a interculturalidade, a diversidade e a inclusão no currículo escolar são fundamentais para a promoção de uma educação mais justa, democrática e comprometida com a igualdade racial. A valorização da cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar fortalece o respeito às diferenças, contribui para o combate ao racismo e promove a formação cidadã dos estudantes.

Os impactos do ensino da cultura africana na formação cidadã dos estudantes

O ensino da cultura africana na educação básica possui importantes impactos na formação cidadã dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento do respeito à diversidade cultural, da consciência crítica e da valorização das relações étnico-raciais. A inserção da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ambiente escolar possibilita aos alunos compreenderem a relevância dos povos africanos na construção da sociedade brasileira, fortalecendo princípios de igualdade, inclusão e justiça social.

13

Segundo Silva et al. (2021), o ensino da cultura afro-brasileira promove a valorização das identidades negras e contribui para a construção de relações sociais mais respeitadas no espaço escolar. Os autores destacam que o contato com conteúdos relacionados à história, às tradições e às manifestações culturais africanas favorece a formação de estudantes mais conscientes sobre a importância da diversidade cultural e sobre a necessidade de combater práticas discriminatórias.

Além disso, Bugarim et al. (2020) afirmam que a abordagem da cultura africana no currículo escolar auxilia no fortalecimento da autoestima dos estudantes negros, permitindo que eles reconheçam suas origens e identidades culturais de forma positiva. Para os autores, a valorização da cultura afro-brasileira contribui para reduzir situações de preconceito e exclusão frequentemente presentes no ambiente escolar.

Nesse contexto, Moraes, Rosa e Lobato (2020) ressaltam que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira representa um importante instrumento de enfrentamento aos discursos racistas e coloniais historicamente reproduzidos na sociedade brasileira. Ao estimular reflexões

sobre escravidão, desigualdade racial e resistência negra, a escola contribui para a formação de cidadãos mais críticos e comprometidos com os direitos humanos.

A educação voltada para a diversidade cultural também favorece o desenvolvimento da empatia e do respeito às diferenças. Walsh (2019) destaca que a interculturalidade promove o diálogo entre diferentes culturas e amplia a compreensão dos estudantes sobre a pluralidade social existente na sociedade contemporânea. Dessa forma, a escola passa a desempenhar papel fundamental na construção de valores relacionados à convivência democrática e à inclusão social.

Outro impacto importante refere-se à desconstrução de estereótipos sobre a África e a população negra. Santos, Costa e Júnior (2019) observam que muitos estudantes possuem uma visão limitada do continente africano devido às representações negativas frequentemente presentes nos livros didáticos e meios de comunicação. O ensino da cultura africana permite ampliar essa compreensão, evidenciando a diversidade histórica, cultural e social da África.

Entretanto, para que esses impactos sejam efetivamente alcançados, é necessário que as escolas desenvolvam práticas pedagógicas contínuas e comprometidas com a educação antirracista. Fontenele e Cavalcante (2020) ressaltam que a formação de professores e a utilização de metodologias inclusivas são fundamentais para garantir que o ensino da cultura africana contribua de forma significativa para a formação cidadã dos estudantes. Portanto, o ensino da cultura africana exerce papel essencial na construção de uma educação voltada para a cidadania, o respeito às diferenças e a promoção da igualdade racial. Ao valorizar a diversidade cultural e combater preconceitos, a escola contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, críticos e preparados para atuar em uma sociedade plural e democrática.

Avanços e desafios na implementação das políticas educacionais étnico-raciais

A implementação das políticas educacionais étnico-raciais no Brasil representa um importante avanço na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo no ambiente escolar. A criação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais ampliou o debate sobre diversidade cultural, inclusão e valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares. Essas políticas contribuíram para fortalecer práticas pedagógicas voltadas à construção de uma educação mais democrática e antirracista.

Segundo Domingues (2025), a Lei nº 10.639/03 constitui uma das maiores conquistas dos movimentos sociais negros no campo educacional, pois possibilitou a inclusão da temática afro-brasileira nas escolas e ampliou as discussões sobre identidade, cidadania e igualdade racial. O autor destaca que a legislação promoveu importantes mudanças curriculares e estimulou a produção de pesquisas e materiais voltados para a educação das relações étnico-raciais.

Além disso, Moraes, Rosa e Lobato (2020) afirmam que as políticas educacionais étnico-raciais contribuíram para o enfrentamento dos discursos coloniais e racistas historicamente presentes no sistema educacional brasileiro. A valorização da cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar passou a representar um importante instrumento de inclusão social e reconhecimento da diversidade cultural do país.

Outro avanço significativo refere-se ao fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas para a educação antirracista. Silva et al. (2021) ressaltam que o desenvolvimento de projetos escolares relacionados à cultura afro-brasileira contribui para promover o respeito às diferenças e ampliar o debate sobre preconceito e discriminação racial entre os estudantes.

Entretanto, apesar dos avanços observados nas últimas décadas, ainda existem diversos desafios para a efetivação das políticas educacionais étnico-raciais nas escolas brasileiras. Fontenele e Cavalcante (2020) apontam que a ausência de formação adequada para professores constitui uma das principais dificuldades para a implementação da Lei nº 10.639/2003. Muitos docentes não receberam preparo específico para trabalhar questões relacionadas à diversidade étnico-racial, o que limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas.

Além disso, Lima (2023) destaca que ainda persistem lacunas relacionadas à formação continuada de professores e à produção de materiais didáticos adequados sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A autora afirma que, mesmo após vinte anos da criação da legislação, muitas escolas ainda abordam a temática de forma superficial ou restrita a datas comemorativas.

Outro desafio importante refere-se à permanência de perspectivas eurocêntricas nos currículos escolares e nos livros didáticos. Santos, Costa e Júnior (2019) observam que muitos materiais pedagógicos ainda apresentam representações estereotipadas da África e da população negra, dificultando a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e plural. Rangel (2020) também destaca que a efetivação das políticas educacionais étnico-raciais depende do comprometimento das instituições de ensino com práticas voltadas para a valorização da diversidade cultural e o combate ao preconceito racial. Para a autora, a construção de uma

educação antirracista exige mudanças estruturais no currículo, na formação docente e nas metodologias de ensino.

Portanto, embora as políticas educacionais étnico-raciais tenham promovido avanços significativos na valorização da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, ainda existem desafios relacionados à formação de professores, à produção de materiais pedagógicos e à consolidação de práticas educativas antirracistas. A continuidade dessas políticas é fundamental para fortalecer a inclusão, a igualdade racial e a construção de uma educação mais democrática e plural.

A importância da escola na construção do respeito à diversidade cultural

A escola desempenha papel fundamental na construção do respeito à diversidade cultural, sendo um espaço essencial para o desenvolvimento de valores relacionados à igualdade, inclusão e convivência democrática. No contexto da educação básica, o ambiente escolar possibilita o contato entre diferentes culturas, identidades e formas de conhecimento, contribuindo para a formação de estudantes mais conscientes, críticos e preparados para viver em uma sociedade plural.

Nesse sentido, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana representa importante instrumento para promover o reconhecimento da diversidade étnico-racial e combater práticas discriminatórias presentes na sociedade. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a escola deve desenvolver ações pedagógicas voltadas para a valorização das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na formação histórica e cultural do Brasil (BRASIL, 2021).

Segundo Silva et al. (2021), a valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar contribui para fortalecer o respeito às diferenças e promover relações sociais mais igualitárias entre os estudantes. Os autores destacam que práticas pedagógicas voltadas para a diversidade cultural favorecem a construção da cidadania e auxiliam no combate ao preconceito racial.

Além disso, Walsh (2019) afirma que a interculturalidade deve estimular o diálogo entre diferentes culturas e promover o reconhecimento de grupos historicamente marginalizados. Para a autora, a escola precisa assumir compromisso com uma educação inclusiva, capaz de valorizar diferentes identidades culturais e romper com perspectivas eurocêntricas presentes no currículo escolar. A escola também possui importante responsabilidade na desconstrução de estereótipos relacionados à população negra e ao continente africano. Moraes, Rosa e Lobato

(2020) ressaltam que o ensino da cultura africana contribui para enfrentar discursos coloniais e racistas, possibilitando aos estudantes uma compreensão mais ampla sobre a diversidade histórica, social e cultural da África.

Outro aspecto relevante refere-se à formação cidadã dos estudantes. Bugarim et al. (2020) afirmam que a inclusão da temática afro-brasileira nas práticas escolares fortalece a autoestima dos alunos negros e amplia o respeito às diferenças culturais no ambiente educacional. Dessa forma, a escola torna-se espaço de valorização da identidade, da memória e da diversidade étnico-racial. Entretanto, a construção do respeito à diversidade cultural ainda enfrenta desafios relacionados à formação de professores e à permanência de práticas discriminatórias no cotidiano escolar. Fontenele e Cavalcante (2020) apontam que muitos educadores ainda encontram dificuldades para desenvolver ações pedagógicas voltadas para a educação antirracista devido à ausência de capacitação específica sobre a temática.

Portanto, a escola possui papel essencial na promoção do respeito à diversidade cultural e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao desenvolver práticas pedagógicas voltadas para a valorização das diferentes culturas e identidades, o ambiente escolar contribui para o fortalecimento da cidadania, da igualdade racial e da convivência democrática entre os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da cultura africana nas escolas de educação básica possui grande importância para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com o respeito à diversidade cultural. A implementação da Lei nº 10.639/2003 representou um avanço significativo na valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promovendo mudanças no currículo escolar e ampliando o debate sobre igualdade racial no ambiente educacional.

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que a valorização da cultura africana contribui diretamente para o fortalecimento da identidade dos estudantes, para o combate ao racismo e para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes sobre a diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira. Além disso, o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a educação antirracista possibilita a construção de relações mais respeitadas e igualitárias dentro das escolas.

Entretanto, apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, ainda existem desafios relacionados à efetivação das políticas educacionais étnico-raciais. Entre as principais dificuldades destacam-se a necessidade de maior formação docente, a produção de materiais didáticos mais representativos e a superação de práticas pedagógicas baseadas em perspectivas eurocêntricas.

Dessa forma, torna-se fundamental que as instituições de ensino continuem promovendo ações voltadas para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento de práticas educativas inclusivas. A escola deve assumir seu papel como espaço de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos.

Portanto, o ensino da cultura africana na educação básica não deve ser compreendido apenas como uma obrigação legal, mas como um importante instrumento de promoção da cidadania, do respeito às diferenças e da valorização da pluralidade cultural que compõe a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2021.

BUGARIM, J P, et al.. A cultura afro-brasileira na educação básica: um estudo sobre o exercício da Lei 10.639/2003 em três escolas municipais de Tucuruí-PA. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 32, n. 62, 2020.

CRUSOÉ, N M C; SOARES, C C M. Prática cotidiana de ensino de cultura afro-brasileira: experiência de professora. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 268-276, maio/ago. 2019.

DOMINGUES, P. A Lei 10.639/03 e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 55, 2025.

FONTENELE, Z V; CAVALCANTE, M P. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, 2020.

LIMA, L P. Lei do ensino de História da África nas escolas completa 20 anos e escancara lacunas na formação de professores antirracistas. [S. l.], 23 nov. 2023.

MORAES, E M de, et al. Trajetória do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica: uma vitória contra discursos coloniais e raciais. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 3, 21 jan. 2020.

OLIVA, A. R.; CONCEIÇÃO, M. T. da. A história africana nos bancos escolares: os impactos da Lei 10.639/03 20 anos depois. In: PAIVA, F.; CORRÊA, M.; AGUILAR, N. (org.). África em contextos globais: experiências de ensino, estratégias de pesquisa. [S. l.]: [s. n.], 2024. p. 55-73.

RANGEL, A N. Legislação educacional e questão étnico-racial: desafios para uma educação antirracista no Brasil. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 273-283, 2020.

REGO, L B, et al. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica para um currículo emancipador. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 47, 10 dez. 2025.

SANTOS, E C dos, et al. A abordagem da África no livro didático de geografia. In: XIV Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias. Campinas, 24 jun. a 04 jul. 2019. p. 738-771.